

Macabéa

Revista Eletrônica do Netlli, Volume 5, Número 2, Jul.-Dez. 2016

MÍMESIS E DISCURSO



MÍMESIS AND DISCOURSE

Raul Azevedo de Andrade FERREIRA(URCA)
Cláudia Rejanne Pinheiro GRANGEIRO(URCA)
José Marcos de FRANÇA(UFS)

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [OS AUTORES](#)
RECEBIDO EM 18/01/2017 • APROVADO EM 10/03/2017

Abstract

This paper proposes a reflection on the concept of mimesis from a rapprochement between some assumptions of the theory of literature with others from the French line of discourse analysis. After the contrast of some concepts presented by Luiz Costa Lima (2003) that give account of the different types of mimesis that occur in distinct social conjunctures, and by Michel Pêcheux (2009), which associate the appearance of discourses to the ideological formations, the two theories are articulated in order to offer a position on how the relations between literature and society can be thought. Then it performs a brief analysis of an excerpt of the tale *O Alienista*, by Machado de Assis, aiming a short exhibition of the possibilities offered by the theoretical approach proposed. In the end, it is concluded that the mimesis allows a connection of the literary fiction with social reality through a representation of the effects of meaning provided by the discursive formations in a given social situation.

Resumo



O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o conceito de mimesis a partir de uma aproximação entre alguns pressupostos da teoria da literatura com outros da análise do discurso de linha francesa. Após o contraste de alguns conceitos apresentados por Luiz Costa Lima (2003), que dão conta dos diferentes tipos de mimesis presentes nas diversas conjunturas sociais, e por Michel Pêcheux (2009), que associam o aparecimento dos discursos às formações ideológicas, as duas matrizes teóricas são articuladas com a finalidade de oferecer uma posição sobre como podem ser pensadas as relações entre literatura e sociedade. Em seguida, realiza-se uma breve análise de um trecho do conto *O Alienista*, de Machado de Assis, objetivando uma breve exposição das possibilidades oferecidas pela abordagem teórica proposta. Por fim, conclui-se que a mimesis permite uma ligação da ficção literária com a realidade social por meio de uma representação dos efeitos de sentido disponibilizados pelas formações discursivas presentes em uma determinada realidade social.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Mimesis, discourse analysis; theory of literature.

PALAVRAS-CHAVE: Mimesis. Análise do discurso. Teoria da literatura.

Texto integral

INTRODUÇÃO

A análise de uma teoria, qualquer que ela seja, revela que, no centro de seus fundamentos, apenas alguns conceitos-chave estruturam os axiomas e predicados que ela é capaz de produzir sobre seus objetos. Uma mudança no entendimento destes conceitos acaba, em função da importância nuclear que eles possuem, por se tornar determinante de uma transformação de todo o edifício teórico. Assim, se, por exemplo, a gravidade pode ser colocada como um conceito elementar para a física e para um desvelamento do que seria o funcionamento das leis do universo, alguma modificação em sua concepção não permitiria que outros enunciados produzidos neste campo teórico seguissem ilesos. Desta forma, identificar um conceito-chave de um campo e analisar sua configuração surge como a tarefa inicial para a reflexão sobre uma rede de implicações teóricas concernentes às questões relativas aos objetos deste campo.

Para a teoria da literatura, o conceito de *mimesis* possui essa centralidade. Não somente a reflexão sobre a literatura surgiu a partir de uma reflexão sobre a mimesis, mas, ao longo da história dos estudos literários, este conceito, implícita ou explicitamente, sempre apresentou-se como o fundamento sobre o qual diferentes conceitos de literatura são elaborados. Foi em função de um entendimento da *mimesis* que o Sócrates platônico concluiu que a literatura seria danosa à *res-publica* e decidiu expulsar o poeta de sua cidade ideal. Aristóteles rejeitou a concepção platônica e considerou a *mimesis* uma criação autônoma em relação aos fatos da realidade, o que fez com que os objetos miméticos adquirissem um valor próprio em relação aos objetos factuais. Os renascentistas conceberam a *mimesis* por intermédio do termo imitação e fizeram da arte a representação de

situações idealizadas; os líricos românticos a assumiram como a reprodução de uma realidade íntima ou imaginada e os modernos fizeram dela uma negatividade dissonante (cf.: FRIEDRICH, 1978).

É certo que a *mímesis*, assim como a ficção, não é um procedimento exclusivo à literatura, entretanto é certo também que a compreensão que se pode ter sobre a literatura e sobre a relação que a literatura possui com a realidade social depende do modo como estes dois termos são concebidos. Para o senso comum, talvez a *mímesis* seja entendida como a simulação de objetos reais: ela seria simplesmente a reprodução de entes e fatos presentes na realidade natural ou histórica. A visão clássica de *mímesis*, como mostra Göran Sörbom (2002), a entendia como ligada não exatamente a objetos concretos, mas a imagens mentais concebidas pelo artista e reproduzidas através da *tékhné* do artista. Ambas concepções relacionam a *mímesis* a algo prévio, entes reais ou imagens mentais, que seria apropriado e representado pelos procedimentos miméticos.

Mas qual seria exatamente o estatuto ontológico deste “algo prévio” ao qual os procedimentos miméticos se dirigem? A reflexão contemporânea, tal como ela se apresenta na teoria de Luiz Costa Lima, apresenta uma resposta. Em *Mímesis e modernidade* (2003), ele principia suas considerações sobre o conceito a partir da reflexão sobre caráter simbólico da própria realidade social. Segundo ele, uma sociedade encontra-se permeada por uma série de *sistemas de representação*. Esses sistemas são estruturas simbólicas que possibilitam a inserção social do sujeito em seu meio. A inserção torna-se possível porque os sistemas implicam tanto uma classificação dos seres como a forma pela qual eles desenvolverão suas interações (cf.: LIMA, 2003, p. 87). Assim, a dimensão simbólica não é entendida como reservada aos textos imaginários de caráter artístico, mas antes recobre a própria realidade social. Assim, tal como os textos literários, a realidade é estruturada por representações que não são imanentes, mas antes dependem da atividade humana para se constituírem, sobretudo da atividade linguística.

Em texto posterior, Luiz Costa Lima (2006) investiga a natureza da ficção a partir de comentários sobre as ideias do jurista inglês Jeremy Bentham. Ele prossegue na reflexão sobre o caráter simbólico da realidade e ressalta o papel da linguagem no processo de sua constituição. Segundo Bentham, para se falar do mundo não se pode prescindir da utilização de uma série de ficções engendradas pela própria linguagem. A ficção, portanto, não pode ser concebida como um elemento exclusivo a determinadas utilizações da linguagem, toda ela é atravessada por uma série de ficções, e a realidade depende delas para se constituir. Isto obriga a compreender a linguagem não mais como a simples comunicação do encontrável no mundo, pois a realidade deixa de ser vista como imanências estáveis dependentes apenas da correta utilização dos sentidos e do discernimento; a linguagem, ao invés disso, é o instrumento pelo qual o mundo adquire realidade ao ser disponibilizado por ela.

Diante da constatação do caráter simbólico da própria realidade, como pensar a sua representação proporcionada pela *mímesis* artística? Se a própria realidade é constituída por representações inerentes à linguagem, de que modo pode-se especificar as propriedades da *mímesis* artística e diferenciá-la das demais

representações sociais? Em *Mimesis e modernidade*, Luiz Costa Lima apresenta a seguinte diferenciação:



A *mimesis*, cabe ainda insistir, não é imitação porque não se confunde com o que a alimenta. A matéria que provoca a sua forma discursiva aí se deposita como um significado, apreensível pela semelhança que mostra com uma situação externa conhecida pelo ouvinte ou receptor, o qual será substituído por outro desde que a *mimesis* continue a ser significante perante um novo quadro histórico, que então lhe prestará outro significado. [...] O discurso mimético distinguir-se-á do não mimético por esta variabilidade necessária. (LIMA, 2003, p. 45, grifos do autor).

Mais adiante, no mesmo estudo, ele procura especificar a *mimesis* artística a partir da oposição entre função estética e função pragmática:

Ante a função pragmática, a estética se diferencia por ser uma forma *sui generis* de comunicação. *Sui generis* porque só indiretamente estabelece uma relação com o real. E nisto a *mimesis* se distingue das outras formas de representação social (LIMA, 2003, p. 93).

Desta forma, pode-se concluir que a especificidade da *mimesis* encontra-se na variabilidade que ela apresenta em função do horizonte histórico do receptor e pelo fato de sua relação com este mesmo horizonte não se dar diretamente tal como ocorre na utilização pragmática da linguagem.

Assim, a *mimesis* artística passa a ser pensada como um efeito de sentido desencadeado pela interação entre duas representações situadas em ordens simbólicas diversas: a representação social, estruturadora da realidade humana e integradora do indivíduo no seu meio, e a representação artística, que se volta à primeira por intermédio de uma relação indireta. Ainda segundo Luiz Costa Lima (2003), essa relação, sendo sempre indireta, pode assumir diferentes configurações devido ao modo como ela se dirige aos significados que circulam no meio social, pois a *mimesis* pode tanto procurar reforçá-los como voltar-se a eles pretendendo a sua dissolução. Nesta perspectiva, três seriam as formas de *mimesis*: 1) a *mimesis* de representação, que ocorre quando ela se apresenta como um análogo das representações sociais; 2) *mimesis de representação moderna*, que ocorre quando a representação artística segue sistemas de representação não-dominantes; 3) *mimesis* de produção, que ocorre quando “o ato mimético já não pode ser interpretado como o correlato a uma visão anteriormente estabelecida da realidade” (LIMA, 2003, p.181).

Diante disso, pode-se dizer que a *mimesis*, tanto em sua forma geral como em seus diferentes modos de configuração, é um efeito de sentido que se define pelo tipo de relação que uma representação estabelece com uma “situação externa”



ou uma “visão prévia da realidade”. Apesar de elucidativa, pode-se perceber que esta reflexão ainda se utiliza de uma série de termos para definir a anterioridade à qual a *mimesis* se dirige e necessita para se constituir que ainda poderiam ser melhor desenvolvidos. Afinal, o que seria exatamente esta “situação externa”? Certamente ela não pode ser entendida como uma sequência factual de eventos ou objetos materiais, pois já foi dito que esta situação não é sempre a mesma, mas variável historicamente. Também falar em “visão prévia da realidade” ainda diz pouco, pois como se elaboraria esta visão prévia? Quais são seus elementos constitutivos? Qual seria, enfim, o status ontológico das representações que constituem a anterioridade da qual a *mimesis* artística depende para se constituir?

Para se chegar a esta resposta pode-se primeiro considerar as noções de *real* e *realidade* tal como elas foram apresentadas em uma tese desenvolvida por Milner (2012) e apropriadas pela teoria do discurso de Pêcheux (2004). A realidade dirá respeito à estruturação simbólica e, conseqüentemente, sempre parcial de um determinado real; este real, por sua vez, indica uma dimensão dos fatos e dos objetos que a simbolização apresentada por aquilo que se coloca enquanto realidade não consegue dar conta em sua totalidade. A língua situa-se na ordem do simbólico, que se apropria de um real e lhe confere uma sistematização apreensível. A *alíngua*, termo cunhado por Lacan, diz respeito ao real da língua, i.e.: uma dimensão sua que escapa à simbolização. O real da língua (Pêcheux 2004) é definido em termos de uma impossibilidade do dizer, já que todo dizer necessariamente opera uma redução simbólica de um determinado real. O real da língua, a *alíngua*, mesmo resistente à estruturação simbólica inerente à língua, constitui-se como condição da atividade linguística, pois a impossibilidade do dizer impulsiona as sucessivas tentativas de ressignificação da realidade, pois o impossível de ser dito é também a impossibilidade de se interromper a atividade de dizer:

O real não é nada mais do que aquilo que escapa à tomada do simbólico. Assim, o Real não está na rede simbólica como linguagem, mas é a linguagem que persiste em dizê-lo/ não o dizer. A linguagem é o sistema por onde o imaginário, pela representação, tenta recuperar, dar sentido ao que escapa do Simbólico: o Real. (DORNELES, 1999, p.153)

A realidade do real – seja este real o real do sujeito ou o real da história – se constitui, portanto, mediante uma sistematização parcial oferecida pela redução simbólica inerente à atividade linguística. Esta sistematização é operada pelos processos discursivos presentes em uma determinada configuração social (cf.: DORNELES, 1999, p. 158). A partir disso, pode-se concluir que a representação da realidade operada pela *mimesis* se volta não sobre um suposto *em-si* de objetos e fatos presentes em uma realidade imanente, mas antes sobre a estruturação discursiva da realidade de um objeto ou fato. Conclui-se, então, que a representação social sobre a qual a *mimesis* se volta possui uma natureza

discursiva, o que permite afirmar que *a mimesis é, na verdade, uma representação dos procedimentos discursivos responsáveis pela estruturação simbólica da realidade*



II

A reflexão acima, portanto, permite construir um entendimento da *mimesis* a partir dos termos de uma teoria do discurso, pois se a *mimesis* é uma representação de uma realidade, e esta realidade, por sua vez, se constitui a partir dos efeitos de sentido elaborados nos procedimentos discursivos, a *mimesis* pode ser assumida como um efeito de sentido construído artisticamente sobre outros efeitos de sentido previamente elaborados nas diferentes formações discursivas presentes em uma realidade histórica. Segundo Michel Foucault, uma formação discursiva é um agrupamento sistemático e regular de enunciados ordenados a partir de regras de formação comuns (cf.: FOUCAULT, 1997, p. 43). Tais regras são responsáveis pelo estabelecimento das condições necessárias para que um enunciado ou conjunto de enunciados produzam sentido. Michel Pêcheux (2009), em *Semântica e discurso*, vincula as formações discursivas às formações ideológicas ao entender que estas constituem as condições de produção dos discursos. Desse modo, as palavras não possuiriam sentido devido a uma suposta estabilidade literal da dimensão semântica da língua, mas sim devido às condições estabelecidas pelas formações ideológicas por intermédio das formações discursivas.

A interferência ideológica nas construções linguísticas se dá por intermédio da articulação do que Pêcheux chama de dois “domínios de pensamento” (cf.: PÊCHEUX, 2009, p. 114), o da “anterioridade-exterioridade”, referido pelo termo de pré-construído, e o do “retorno do saber no pensamento”, denominado de *discurso-transverso*. Segundo Pêcheux, os efeitos de sentido se produzem à medida que um discurso recorre a elementos do *pré-construído* por intermédio de articulações laterais de sentido proporcionados pelo discurso transverso, que é um efeito de implicação que um enunciado desencadeia com outro presente na zona interdiscursiva na qual o enunciado primeiro atua. Ao se emitir um enunciado, as palavras produzem sentido mediante encaixes com formas discursivas já constituídas em outros domínios acionados pela formação discursiva utilizada em determinada circunstância.

Os encaixes e as articulações laterais não concernem exclusivamente à formação discursiva da qual parte um sujeito em uma determinada circunstância histórica, mas se dão dentro de um espaço discursivo constituído pelo conjunto de formações discursivas denominado *interdiscurso*. Na definição de Pêcheux (2009, p.149), interdiscurso é “todo complexo com dominante das formações discursivas”. Isto significa dizer que os procedimentos discursivos não se produzem em formações discursivas isoladas, mas em um processo onde um enunciado remete a outros presentes em uma rede de discursos. As formações discursivas, portanto, não atuam como ilhas de significação visitadas pelos signos linguísticos a fim de

receber sentido, pois elas não funcionam independentemente uma das outras. Por isso, segundo Courtine (2009, p. 73), “o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD *não é dissociável* do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso”. As formações discursivas, interagem entre si mediante relações desiguais de poder – já que umas exercem dominância sobre outras – mas essas interações não se dão de forma aleatória, pois cada formação discursiva se insere no espaço interdiscursivo em função de uma sistematicidade que lhe é inerente, e isto se dá de acordo com um conjunto de propriedades que determinam seu modo de interação.

A primeira propriedade a ser considerada em uma formação discursiva são as suas *adjacências discursivas*. São elas que dispõem as outras formações que possuem maiores condições de estabelecerem relações interdiscursivas, independentemente do caráter dessas relações. As adjacências são normalmente estruturadas em torno de objetos comuns, que podem ter seu sentido compartilhado ou disputado por formações distintas. Por conta disso, nota-se facilmente o motivo pelo qual uma formação discursiva de caráter político tende a estar mais próxima de outra formação política do que de outras formações totalmente estranhas aos seus objetos. As formações adjacentes podem ser opositoras e disputar os mesmos objetos, ou podem estabelecer relações de dependência ou de dependência assimétrica. O que é importante para a noção de adjacência discursiva não é tanto a natureza das relações que se estabelecem entre duas formações discursivas, mas o grau de proximidade entre elas.

A segunda propriedade relevante ao modo de inserção de uma formação discursiva no interdiscurso é o *nível de porosidade* das fronteiras da formação discursiva. Em função de sua sistematicidade, uma formação pode ser mais ou menos propícia a estabelecer relações interdiscursivas, e isto define o seu grau de autonomia em relação aos procedimentos discursivos desenvolvidos em outras formações. Assim, pode-se supor que determinadas formações encontram-se mais ou menos sujeitas a influências de outras formações; ao passo que outras, mesmo não tendo condições de serem completamente impermeáveis, apresentam certa resistência aos processos discursivos produzidos fora de suas fronteiras.

A terceira propriedade diz respeito ao modo como uma formação discursiva distribui seus enunciados nas diferentes regiões de seu campo discursivo. Pode-se imaginar uma formação discursiva como dotada de regiões periféricas e centrais: nas primeiras pode-se encontrar os enunciados mais sujeitos a uma maior influência das formações posicionadas nas adjacências da formação discursiva original daquele enunciado, ao passo que nas regiões centrais são encontrados os enunciados que respondem mais frequentemente aos procedimentos discursivos internos da formação discursiva original. Isso explica, por exemplo, porque a religião pode disputar com a ciência o sentido para os termos vida ou homem, mas dificilmente terá condições para disputar o sentido para os termos utilizados na definição das partículas subatômicas ou na descrição da vida intracelular, o que é mais provável que aconteça dentro da dinâmica própria ao discurso científico. Por outro lado, a ciência pouco terá a dizer sobre a natureza da divindade ou sobre determinadas razões que levam o crente a ter fé no seu dogma.

As relações desenvolvidas nas fronteiras existentes entre as diversas formações discursivas dependem, portanto, de três fatores: 1) Da posição da formação discursiva no espaço interdiscursivo, que determina quais seriam as adjacências discursivas estabelecidas pelas fronteiras (pois é mais provável que um discurso estabeleça relações com discursos que recubram as mesmas zonas de interesse); 2) Do grau de porosidade das fronteiras da formação discursiva (pois é mais provável que um discurso jornalístico interaja com os discursos da história, da ciência e das artes que o mesmo aconteça, por exemplo, com o discurso das ideologias fundamentalistas); 3) Da posição de um enunciado em questão dentro do espaço interno de sua própria formação discursiva (já que os mais periféricos podem depender tanto de adjacências discursivas quanto dos procedimentos discursivos presentes em sua própria formação discursiva).

A dinâmica das fronteiras discursivas pode se dar a partir de relações variadas, de modo que as formações podem depender uma das outras, ou uma pode parasitar procedimentos discursivos situados em outra, ou duas ou mais formações discursivas podem disputar o sentido de um mesmo objeto.

III

Tudo o que acima foi comentado acerca das formações discursivas e das propriedades de suas fronteiras e relações interdiscursivas pode ser utilizado para caracterizar a *mímesis*, mais especificamente sua natureza discursiva tal como ela aparece na literatura, assim como a anterioridade à qual ela se dirige para se constituir. Anteriormente a *mímesis* foi definida como uma representação de procedimentos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzido no interior do interdiscurso por intermédio das formações discursivas. Assim, a anterioridade à qual a *mímesis* se volta, a “situação externa” com a qual ela desenvolve uma semelhança sem nunca se perder em sua completa identificação, não diz respeito a uma factualidade de eventos ou de objetos – campo que possivelmente será o da história ou o das ciências – mas a elaborações reconhecidamente discursivas presentes em outras formações discursivas, de modo que *a mímesis pode ser entendida como um efeito de sentido que se volta sobre outros efeitos de sentido já estabilizados no interdiscurso.*

Uma rápida análise deve ser suficiente para se demonstrar o que se afirma. O exemplo será extraído do texto *O alienista*, de Machado de Assis. Em certo momento da narrativa, Dona Evarista, esposa do médico Simão Bacamarte, após uma viagem ao Rio de Janeiro que deveria compensar a tristeza provocada pela falta de atenção por parte de seu marido, recebe alguns amigos para um jantar. Um episódio ocorre no momento em que um dos convidados decide recitar um poema louvando a anfitriã:



Um dos oradores, por exemplo, Martim Brito, rapaz de vinte e cinco anos, pintalegrete acabado, curtido de namoros e aventuras, declamou um discurso em que o nascimento de D. Evarista era explicado pelo mais singular dos reptos. Deus, disse ele, depois de dar o universo ao homem e à mulher, esse diamante e essa pérola da coroa divina (e o orador arrastava triunfalmente esta frase de uma ponta a outra da mesa), Deus quis vencer a Deus, e criou D. Evarista.

D. Evarista baixou os olhos com exemplar modéstia. Duas senhoras, achando a cortesanice excessiva e audaciosa, interrogaram os olhos do dono da casa; e, na verdade, o gesto do alienista pareceu-lhes nublado de suspeitas, de ameaças e provavelmente de sangue. O atrevimento foi grande, pensaram as duas damas. E uma e outra pediam a Deus que removesse qualquer episódio trágico, ou que o adiasse ao menos para o dia seguinte. Sim, que o adiasse. Uma delas, a mais piedosa, chegou a admitir consigo mesma que D. Evarista não merecia nenhuma desconfiança, tão longe estava de ser atraente ou bonita. Uma simples água-morna. Verdade é que, se todos os gostos fossem iguais, o que seria do amarelo? Esta ideia fê-la tremer outra vez, embora menos; menos, porque o alienista sorria agora para o Martim Brito e, levantados todos, foi ter com ele e falou-lhe do discurso. Não lhe negou que era um improviso brilhante, cheio de rasgos magníficos. Seria dele mesmo a ideia relativa ao nascimento de D. Evarista ou tê-la-ia encontrado em algum autor que?... Não senhor; era dele mesmo; achou-a naquela ocasião e pareceu-lhe adequada a um arroubo oratório. De resto, suas ideias eram antes arrojadas do que ternas ou jocosas. Dava para o épico. Uma vez, por exemplo, compôs uma ode à queda do Marquês de Pombal, em que dizia que esse ministro era o "dragão aspérrimo do Nada" esmagado pelas "garras vingadoras do Todo"; e assim outras mais ou menos fora do comum; gostava das ideias sublimes e raras, das imagens grandes e nobres...

— Pobre moço! pensou o alienista. E continuou consigo: — Trata-se de um caso de lesão cerebral: fenômeno sem gravidade, mas digno de estudo...

D. Evarista ficou estupefata quando soube, três dias depois, que o Martim Brito fora alojado na Casa Verde. Um moço que tinha ideias tão bonitas! As duas senhoras atribuíram o ato a ciúmes do alienista. Não podia ser outra coisa; realmente, a declaração do moço fora audaciosa demais. (ASSIS, 2000, p. 31)

Se, após a leitura deste trecho, for perguntado: o que está sendo mimetizado pela representação artística? Caso a resposta seja, por exemplo, "um típico jantar em uma classe média do Itaguaraí do final do século XIX" ter-se-ia uma concepção limitada da *mimesis* e se perderia de vista seu real procedimento. Para o raciocínio que aqui se desenvolve, a *mimesis*, não representa um suposto carácter factual e

objetivo das coisas do mundo, mas sim os pré-construídos cujos sentidos aparecem no texto através de encaixes desencadeados por efeitos de discurso-transverso.



Em uma primeira vista, este procedimento não difere muito do que ordinariamente ocorre na linguagem, mas a *mímesis* singulariza-se dentre os usuais procedimentos semânticos em virtude do fato de seus encaixes não se dirigirem à sistematicidade de uma formação discursiva própria – uma possível formação discursiva da literatura, por exemplo – mas a elementos pré-construídos de outras formações discursivas. Em outras palavras: um dos procedimentos próprios ao discurso referente aos textos literários, a *mímesis*, realiza-se mediante a apropriação de enunciados presentes em outras formações discursivas, estes enunciados são retomados não da mesma forma como eles se apresentam em suas discursividades originais – já que ela “não é imitação porque não se confunde com o que a alimenta” (LIMA, 2003, p. 45) – *mas através de uma modulação semântica própria ao efeito mimético*.

No trecho citado acima, podem ser encontrados enunciados presentes em pelo menos três formações discursivas distintas. Primeiro, mediante a figura do jovem poeta Martim Brito, temos a representação de uma retórica hiperbólica, permeada de imagens espetaculosas, ligada ao estilo condoreiro, tendência dominante no discurso poético tal como ele se apresentava à época de Machado de Assis. Em segundo lugar, pode ser encontrado, por intermédio das duas senhoras que consideram os versos uma cortesia audaz e se põem a conjecturar sobre a reação do marido supostamente ultrajado, a mimetização do discurso do cotidiano, das fofocas e do falatório do dia-a-dia. Por último, através do protagonista da novela, o médico Simão Bacamarte, há a representação do discurso da ciência, mais especificamente da psicologia naturalista, um dos principais vetores semânticos na configuração interdiscursiva da sociedade letrada brasileira nos anos finais do século XIX.

Há, portanto, um fato apenas – a cortesia poética realizada por uma das personagens – perspectivado por diferentes procedimentos de sentido: enquanto a visão poética, recorrendo a uma lógica estruturada pelo valor atribuído a imagens metafóricas, significa sua retórica como algo sublime, raro e nobre; o cotidiano, deixando-se guiar por conjecturas sobre o interesse particular de cada um envolvido no evento e pela inclinação a enxergar o outro negativamente, a interpreta como uma audácia condenável e repreensível; ao passo que a ciência, orientando-se por critérios clínicos, concluirá que os versos não passam de um sintoma de uma lesão cerebral. Mas o que deve ser considerado é o modo como essas lógicas discursivas passam a funcionar dentro da representação artística. No caso em questão, as três discursividades não são colocadas uma diante da outra a fim de se oferecer uma mera apresentação de como as coisas são na realidade social. Se a *mímesis* representa outra representação, i.e.: é um procedimento discursivo que se volta sobre outros procedimentos discursivos, isto somente ocorre para que se possa chegar ao que realmente importa: *a modulação dos efeitos de sentido*. Se cada uma das três discursividades possuem sua razão para chegarem às conclusões a que chegaram, confrontadas no discurso mimético fica exposto o ridículo e o vazio de sentido de cada uma: se, dentro de sua própria sistematicidade, a poesia se apresenta como algo sublime e raro, na *mímesis*

machadiana ela se mostra como uma retórica espetaculosa e oca. O discurso do cotidiano, por sua vez, expõe sua arbitrariedade mesquinha, ao passo que o discurso científico, apesar de pretender se utilizar de dados supostamente claros e objetivos, demonstra sua insânia equivocada (basta lembrar que o Dr. Simão Bacamarte, ao final da narrativa, decide internar a si próprio e dar alta aos demais internos). Assim, a ideia de apropriação e modulação de procedimentos discursivos externos pode servir de complemento à descrição do procedimento mimético realizada por Luiz Costa Lima:

Por meio da *mimesis* o texto acolhe, seleciona e transforma as configurações sociais. A sociedade é sua parceira porque é na sociedade que circulam valores, usos e costumes, constituindo uma lógica social, que como ainda dizia Gabriel Tarde, anterior à lógica do indivíduo. A *mimesis* ancora a obra no mundo. Na obra de *mimesis* de arte, valores, usos e costumes não só circulam, mas implícita ou explicitamente são postos em questão. (LIMA, 2006, p. 206-207).

A ancoragem realizada pela *mimesis*, portanto, é possibilitada por essa apropriação de pré-construídos situados em formações discursivas diversas. Diferentemente de outras formações discursivas, a literatura não possui objetos característicos, sua matéria é, virtualmente, tudo o que é passível de circular na sociedade, de modo que ela depende de outros procedimentos discursivos para constituir sua própria discursividade. Isso caracteriza o discurso literário como eminentemente poroso e fronteiro, i.e.: suas adjacências são passíveis de se estendem ao longo de toda a rede interdiscursiva. Seus elementos não-periféricos são apenas aqueles que dizem respeito mais especificamente aos seus *topoi* ou convenções formais. Desse modo, o caráter social da *mimesis* literária é devido à natureza eminentemente fronteira de sua discursividade, pois ao se apropriar de outros discursos a ficção não fica à deriva de imaginações fantasiosas. É claro que todas as formações discursivas se constituem também a partir de suas fronteiras e nenhuma delas é uma ilha, mas o grau de dependência que a literatura cria com as outras discursividades é tal que as suas fronteiras tornam-se mais importantes que o centro.

A modulação semântica produzida pela *mimesis* literária, por sua vez, diz respeito à razão de ser da literatura, sua função social. A modulação semântica torna-se possível porque, ao se apropriar de pré-construídos presentes em discursividades diversas, eles passam a funcionar não mais dentro de sua razoabilidade original, mas dentro da razoabilidade elaborada pela verossimilhança da obra. Essa nova conjuntura torna-se capaz de revelar os pré-construídos que circulam no interdiscurso mediante uma apresentação resignificada, o que possibilita, de uma forma estética e não pragmática, a desestruturação destes pré-construídos e a desarticulação de uma dada determinação simbólica da realidade. Se entendermos que a determinação simbólica do mundo promovida pelos procedimentos discursivos implica a elisão do real, a desestruturação elaborada pela *mimesis* literária leva à língua encarar

seus pontos de equívoco, e se considerarmos, junto com Dorneles (1999, p.154), o equívoco, os chistes e as falhas da língua como possibilidades do real se manifestar na língua, a *mímesis* literária surge como um dos procedimentos discursivos capazes de possibilitar um relance por detrás do pano das representações simbólicas e assim dirigir o olhar para um rápido vislumbre do real.

Referências

- ASSIS, Machado de. O alienista. São Paulo: Ática, 2000.
- COSTA LIMA, Luiz: História. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Mímesis e modernidade: formas das sombras. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- COURTINE, Jean-Jaques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.
- DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda \$ FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p.149-172.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FRIEDRICH, Hugo. Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- MILNER, Jean-Claude. O amor da língua. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes editores, 2004.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- SÖRBOM, Göran. The classical concept of mimesis. In: SMITH, P.; WILDE, C. (Org.). A companion to Art Theory. Oxford: Blackwell publishers 2002, p.19-28.

Para citar este artigo

FERREIRA, Raul Azevedo de Andradel; GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro; FRANÇA, José Marcos de. MÍMESIS E DISCURSO. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 5, n. 2, p. 80-91, jul.-dez. 2016.

Os autores

Raul Azevedo de Andrade Ferreira é doutor em Teoria da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL-UFPE)

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro possui graduação em Letras pela Universidade Regional do Cariri (1993), graduação em Direito pela Universidade Regional do Cariri (1998), Mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2001) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007)

José Marcos de França tem doutorado em Linguística e mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); especializações em Língua Portuguesa e em Didática e Metodologia do Ensino Superior; e graduação em Letras-Português Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)